

MULHERES E GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PARA ALÉM DAS “PRISÕES COTIDIANAS” E EPISTEMOLÓGICAS

WOMEN AND GENDER IN INTERNATIONAL RELATIONS: IN ADDITION TO “EVERYDAY PRISONS” AND EPISTEMOLOGICAL.

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos¹

1. RESUMO: Como situar em linhas gerais a mulher e a temática de gênero em um campo disciplinar altamente masculinizado – as Relações Internacionais - e monopolizado pela Ciência Política, que se associa às “prisões cotidianas” como aquelas referentes à distinção de gênero ligada ao público e ao privado e à guerra e à paz? Esta é a questão que resume o foco deste texto. A hipótese que buscará responder ao problema em questão enuncia sumariamente que a abordagem de gênero neste campo é pautada pelos parâmetros e limites da Ciência Política. De forma alternativa, uma perspectiva inter-relacional coerente com as abordagens de gênero pode ser obtida em termos holistas, de totalidade com a abordagem do desenvolvimento desigual e combinado, em termos da coexistência de múltiplas sociedades, interações, relações e causalidades, sem a ênfase específica da Ciência Política que permeia direta e indiretamente quase toda a abordagem das Relações Internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Teoria das Relações Internacionais, Ciência Política, desenvolvimento desigual e combinado.

2. ABSTRACT: How is it possible to deal with women and gender in a highly masculinized disciplinary field and monopolized by Political Science - International Relations -, which is associated with “everyday prisons” such as to the gender-related distinction between public and private spheres, and war and peace? This is the question that summarizes the focus of this text. The hypothesis provided to answer this problem summarily states that the gender approach in this field is guided by the parameters and limits of Political Science. Alternatively, an interrelational perspective coherent with the gender approaches can be obtained in holistic terms, of totality with the approach of the uneven and combined development, in terms of the coexistence of multiple societies, interactions, relations and causalities, without the specific emphasis of Political Science that permeates directly and indirectly almost the whole International Relations approach.

KEY-WORDS: Gender, International Relations Theory, Political Science, uneven and combined development.

¹ Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília. Pesquisador do Grupo Cultura e Gênero e do Grupo Marxismo, Estado, Política e Relações Internacionais, ambos da Unesp.

<http://doi.org/10.33027/2447-780X.2017.v3.n1.05.p47>

3. INTRODUÇÃO

Como situar em linhas gerais a mulher e a temática de gênero² em um campo disciplinar altamente masculinizado – as Relações Internacionais - e monopolizado pela Ciência Política, que se associa às “prisões cotidianas” como aquelas referentes ao público e ao privado e à guerra e à paz?

Esta é a questão que resume o foco deste texto. A hipótese que buscará responder ao problema em questão enuncia sumariamente que enuncia sumariamente que a abordagem de gênero neste campo é pautada pelos parâmetros e limites da Ciência Política. De forma alternativa, uma perspectiva inter-relacional coerente com as abordagens de gênero pode ser obtida em termos holistas, de totalidade com a abordagem do desenvolvimento desigual e combinado (TROTSKY, 1977), em termos da coexistência de múltiplas sociedades, interações, relações e causalidades, sem a ênfase específica da Ciência Política que permeia direta e indiretamente quase toda a abordagem das Relações Internacionais. No sentido da “ênfase politicista”, uma das conseqüências tem sido o estabelecimento de uma via de mão única em termos disciplinares: diferentes campos de conhecimento contribuem com as Relações Internacionais, “visitam-na”, mas não são visitados por ela (ROSENBERG, 2016), entre eles a Geografia, a Teoria Literária, a Antropologia. O ponto específico que interessa neste texto é de que tudo indica parecer ser a contribuição no âmbito do Gênero, originária da Antropologia (RUBIN, 1975), é seguidora do mesmo caminho. Ou seja, contribui com a abordagem internacionalista mas a recíproca não se concretiza, não havendo um aporte específico das Relações Internacionais nas outras áreas de conhecimento.

Tal hipótese ensejaria passar em revista uma enorme literatura que vai muito além do escopo deste texto. Por isto, buscar-se-á uma análise sumária de duas contribuições teóricas bastante relevantes no âmbito teórico das Relações Internacionais no tocante às questões de gênero (SJOBERG, 2011; TICKNER, 1988) e da abordagem original (RUBIN, 1975) deste tema. Justifica-se a delimitação proposta na medida em que as autoras são referência relevante na literatura especializada, particularmente nas questões teóricas que relacionam gênero e Relações Internacionais. Por sua vez, a abordagem original de gênero é um recorte defendido em vista da enorme complexidade e literatura que os debates, pesquisas e estudos sobre gênero assumiram desde a sua enunciação original. Deve-se acrescentar que a contribuição original é um marco importante para uma visão ampla e não tão específica em vista das várias possibilidades assumidas no tema em tela.

Reitera-se ser a hipótese apresentada ciosa de que a abordagem de gênero original de um diálogo produtivo com o marxismo, embora não se apresente

² Gênero é definido aqui em termos bem gerais em termos da produção social, histórica, cultural, material etc dos papéis, imagens associados a homens e mulheres, nada se relacionando *a priori* aos cromossomos e/ou hormônios sexuais.

como um conjunto de formulações que se compatibilize completamente com a abordagem do desenvolvimento desigual e combinado tampouco do materialismo histórico. O aspecto central contemplado nesta ressalva é uma relação, uma proximidade, um ponto em comum entre a abordagem original de Rubin e a categoria de Trotsky, sem de forma alguma sugerir que sejam totalmente idênticas ou mesmo parte da mesma formulação, teoria ou problema. Outra advertência relevante é não ser a intenção justapor diferentes pressupostos e elementos constitutivos e metodológicos distintos envolvendo as duas abordagens referidas. O intento é mostrar pontos semelhantes, aproximáveis, relacionáveis. Não é a pretensão confundir ou justapor aspectos teóricos e metodológicos distintos das duas abordagens, de modo a buscar evitar a deficiência teórico-metodológica do ecletismo (OLIVEIRA FILHO, 1995).

Buscar-se-á percorrer as seguintes etapas nesta reflexão: uma primeira apresentação geral e sumária do debate teórico internacionalista, o surgimento do gênero como categoria, uma breve amostra sobre a teorização do campo do gênero nas Relações Internacionais e finalmente os limites teóricos desta contribuição no debate recente referido, considerando a proposta alternativa do desenvolvimento desigual e combinado como algo relacionável ao referencial holista em tela. As considerações finais abordarão a síntese dos argumentos e alguns dos pontos que poderão ser retomados em reflexões futuras.

4. UM QUADRO GERAL SUMÁRIO DO DEBATE TEÓRICO INTERNACIONALISTA

O debate teórico internacionalista silencia sobre a questão feminina desde o seu início, sugerindo a introdução deste tema somente no que se convencionou ser seu terceiro e último debate. Caracterizado na comunidade científica da área de forma totalmente reducionista e anacrônica³, contabiliza três grandes contendas. Explicado de forma bastante grosseira, envolveria uma primeira controvérsia envolvendo realismo (CARR, 2002) e idealismo (ANGELL, 2001) uma segunda entre realismo (MORGENTHAU, 2003) e behaviorismo (KAPLAN, 1990) e uma terceira e última envolvendo o realismo estrutural de Waltz (1979) e seus críticos, dentre eles as abordagens de gênero⁴ que são objeto da presente elaboração.

Importa para os propósitos deste artigo que todos os diferentes enfoques mencionados nos debates em tela se pautaram pelo predomínio de conceitos e raciocínios cuja gênese se encontram na Ciência Política, longe de caracterizar uma autonomia do campo disciplinar das Relações Internacionais. Resumindo os argumentos de Rosenberg (2016) a respeito deste ponto, a abordagem de Carr

³ Ver a respeito MARIUTTI, 2013.

⁴ Não é o intuito deste texto explicar, abordar e aprofundar tais debates, sobre os quais há vastíssima literatura primária e secundária. Uma boa referência para situar-se em termos gerais pode ser encontrada em HALLIDAY, 1999.

(2002) foi de grande impacto neste ponto. Em sua contribuição fundante para o campo disciplinar, Carr caracteriza as Relações Internacionais em termos da infância enquanto desenvolvimento disciplinar, levando assim ao entendimento de seu pertencimento à Ciência Política. Continuando tal linha de raciocínio neste campo disciplinar, o Estado existiria como defensor da sociedade contra ameaças, argumento inaplicável à política internacional na medida em que não haveria uma autoridade superior ao ente estatal. Esta linha de raciocínio retoma também uma linha de argumento mais ou menos comum na filosofia política clássica entre os autores contratualistas e jusnaturalistas oitocentistas e novecentistas.

Tal ausência de autoridade foi consagrada na abordagem dominante nas Relações Internacionais em suas diferentes variantes – o realismo – como “anarquia”, a ausência de uma autoridade efetiva e violenta acima dos Estados. No dizer do principal teórico realista do terceiro debate (WALTZ, 1979) a anarquia seria a causa permissiva da guerra ou da possibilidade de sua ocorrência no âmbito da estrutura – o sistema internacional – em que importam os Estados de maior capacidade militar, ou na terminologia de outros autores realistas, de maior poder nas diversas expressões, militar, econômica, dentre outras. Ainda conforme Waltz, os Estados buscam sua sobrevivência em contexto que envolve sua segurança em termos de um sistema internacional que os constrange a buscarem equilibrar suas capacidades militares. Diferentemente dos outros autores realistas, Waltz circunscreveu sua teorização específica aos aspectos políticos das relações internacionais⁵, reforçando a linha de argumento do “politicismo” aqui defendida. Não ao acaso, seu foco teórico é uma teoria da política internacional⁶.

Nestes dois últimos parágrafos, é possível verificar os principais conceitos que caracterizaram as distintas narrativas e teorizações dominantes no âmbito disciplinar das Relações Internacionais desde a sua institucionalização nas universidades em 1919. Isto porque, ainda que divirjam um pouco, as abordagens idealistas aceitam e incorporam as noções basilares de foco nos Estados e relações políticas, suas respectivas capacidades ou quantificações de poder, além da anarquia e do equilíbrio⁷, não se caracterizando como perspectivas totalmente excludentes em relação ao realismo⁸. No mesmo diapasão, a abordagem de Waltz (1979) buscou uma espécie de síntese teórica do realismo com as abordagens quantitativistas e focadas nas ciências da natureza das perspectivas behavioristas, de forma a dotar o referido realismo de uma roupagem mais “científica”, previsível (tal como os modelos de poucas variáveis das ciências “duras”) e menos vaga. Em

5 A expressão é grafada em iniciais minúsculas neste caso de forma deliberada. Neste caso, objetiva-se referir ao conjunto de fenômenos ocorrentes no além-fronteiras e não ao campo disciplinar e científico internacionalista.

6 O título de seu livro de 1979 evidencia isto de forma contundente.

7 Uma proposta alternativa à narrativa supostamente histórica das relações internacionais focada no equilíbrio de poder é proposta em termos mais holistas por Rosenberg tomando por base um projeto de narração histórica levando em conta o desenvolvimento desigual e combinado (ROSENBERG, 1996).

8 Ver a respeito MARIUTTI, 2013.

uma palavra, esta é uma caracterização geral e sumária do realismo estrutural de Waltz.

Em resumo, nada que permita focalizar a questão feminina. E não se trata de introduzir anacronicamente qualquer categoria como a de gênero, enunciada originariamente somente em 1975. O estadocentrismo e o politicismo presente no enfoque das Relações Internacionais – sendo o Estado, este sim introduzido anacronicamente nas narrativas e teorizações dominantes neste campo disciplinar até mesmo no que diz respeito a fatos ocorridos na Antiguidade – sufocam qualquer possibilidade de uma abordagem mais ampla, transformando as possibilidades analíticas e teóricas como apêndices, epifenômenos da política. Onde estão as mulheres? Nestas narrativas e análises, não bastasse “a prisão da Ciência Política” - tema a ser mais desenvolvido mais adiante neste artigo - confinadas às “prisões cotidianas” da esfera privada do lar ou mais reservada como esposas e mães bondosas e caridosas ou como sujeitos “invisíveis” ou irrelevantes na condição de médicas e enfermeiras, enquanto os homens aparecem na esfera pública como militares, diplomatas, governantes e estadistas que participam ativamente da política internacional. Por outras palavras, a associação viesada pelo gênero do homem à guerra e da mulher à paz. Portanto, um entendimento bastante identificado do campo disciplinar internacionalista com a perspectiva da violência, da força e sua associação com a masculinidade.

Nenhuma alusão até mesmo aos momentos de gritante participação feminina em um dos momentos mais relevantes de um Estado importante na Segunda Guerra Mundial e hegemônico desde então, os Estados Unidos: aquele em que as mulheres assumiram inúmeras posições nas linhas produtivas das fábricas em vista da maioria dos homens estarem nos teatros de operações militares. Evidentemente que os pressupostos teóricos de muitas abordagens realistas – a do próprio Waltz aí incluída, consideram fatos desta natureza no âmbito das relações internacionais e de outros momentos da teorização, mas não os vê como nevrálgicos ou mais importantes no cerne do movimento de elaboração teórico. Tal processo de teorização põe em evidência as variáveis mais relevantes para explicar e prever o padrão de funcionamento da estrutura ou sistema internacional, que é foco efetivo da teoria de Waltz. A perspectiva de Waltz classificaria as contribuições de gênero, na melhor das hipóteses, como pertencentes ao campo das relações internacionais de forma geral e, mais especificamente, àquilo que ele chamou de primeira e segunda imagens, por oposição à terceira imagem. *Grosso modo*, as imagens são “filtros”, recursos metodológicos em termos de níveis de análise para separar inúmeros aspectos que fazem parte dos fenômenos internacionais com o objetivo de entender efetivamente quais as causas da guerra no plano internacional. A primeira imagem “filtraria” elementos para compreender tais causas no âmbito do indivíduo, sua psicologia e natureza de forma geral. A segunda “filtraria” elementos para compreender tais causas ao nível do aparato interno dos Estados. A terceira imagem se constitui no dizer waltziano na única

efetivamente objetiva para compreender as causas da guerra na medida em que trata a competitividade e a anarquia – uma ausência de autoridade que constrange os Estados à guerra e à competição – como dados constatáveis independentemente de qualquer subjetividade de avaliação, diferentemente do que possa estar por trás dos focos da primeira e segunda imagens. Afinal, juízos sobre o indivíduo e a natureza dos governos e da sociedade dos Estados teriam uma enorme margem de subjetividade (WALTZ, 2001). A temática de gênero se situaria entre estas duas imagens na medida em que envolveria tais juízos subjetivos. Em uma palavra, a abordagem de gênero não se coadunaria com o tratamento positivista imposto por Waltz na sua teorização.

Tais escolhas em termos teóricos evidenciam também as “prisões epistemológicas” que não enxergam os conflitos, as forças sociais que incluem as mulheres, como pontos importantes. De forma geral nas teorizações dominantes, há o pressuposto do Estado coeso e monolítico, sem conflitos ou aspectos internos a serem considerados, excetuados aqueles que se vinculam às suas características básicas e elementos de poder. Neste sentido, todos os Estados seriam simbolizados por bolas de bilhar, a metáfora recorrente para exemplificar tal caracterização. Uma enorme simplificação que remete mais uma vez à já mencionada “prisão da Ciência Política”, como já foi escrito.

Mas distintas abordagens de gênero aparecem no terceiro debate endereçando críticas a Waltz. Duas delas serão tratadas mais adiante neste texto.

Feita esta sumaríssima e grosseira caracterização destes debates, buscar-se-á introduzir o temário de gênero na sua abordagem original e posteriormente abordar um pouco da incorporação ao terceiro debate teórico internacionalista.

5. UMA SUMÁRIA APRESENTAÇÃO DA ABORDAGEM ORIGINÁRIA DE GÊNERO NA ANTROPOLOGIA

A enunciação original de gênero na lavra da norte-americana Gayle Rubin (1975) envolve uma complexa interpretação no âmbito da Antropologia e da Psicanálise que, por motivos de espaço e foco deste artigo, não será retomada aqui. Importa sinteticamente para os propósitos enunciados desta reflexão como a autora parte da linha de raciocínio operante até então pautada pela distinção de “sexo” passando pela transição do que ela chama de sistema “sexo/gênero” para finalmente designar a categoria de gênero em sua formulação. O trecho abaixo é altamente significativo da síntese do argumento, elucidando não somente as diferentes culturas como também alguns dos termos das opressões que estão por trás da distinção de gênero (RUBIN, 1975: p. 204, tradução própria)⁹:

Por fim, a exegese de Lévi-Strauss e Freud sugere uma certa visão da política feminista e

⁹ Assim escrito no original, com destaques também na lavra primeva: “Finally, the exegesis of Lévi-Strauss e

da utopia feminista. Isso sugere que não devemos apontar para a eliminação dos homens, mas para a eliminação do sistema social que cria o sexismo e o gênero. Pessoalmente, eu entendo ser uma visão de um matriarcado das amazonas, no qual os homens são reduzidos à servidão ou ao esquecimento (dependendo das possibilidades de reprodução partenogenética), de mau gosto e inadequada. Essa visão mantém o gênero e a divisão dos sexos. É uma visão que simplesmente inverte os argumentos daqueles que baseiam sua causa para o inevitável domínio masculino sobre as inerradicáveis e *significativas* diferenças biológicas entre os sexos. Mas não somos apenas oprimidas *como* mulheres, ou homens, conforme possa ser o caso. Pessoalmente, sinto que o movimento feminista deve sonhar ainda mais do que a eliminação da opressão da mulher. Deve sonhar com a eliminação de sexualidades obrigatórias e papéis sexuais. O sonho que eu acho mais atraente é uma sociedade andrógina e sem gênero (mas não desprovida de sexualidade), na qual a anatomia sexual de alguém é irrelevante para quem é, ou o que faz, e com quem faz amor.

Travando um diálogo com várias distintas concepções, inclusive a de Marx e de Engels, Rubin reitera – embora ressaltando a necessidade de tal definição ser aprofundada e refinada - a importância assinalada pelos cânones do materialismo histórico de compreender as relações de produção da vida em seu caráter dual, referente aos meios de existência em um contexto histórico específico bem como a própria propagação da espécie (ENGELS apud RUBIN, 1975). Tal propagação traz à tona a discussão do caráter sexual para a compreensão do patriarcado e da posição da mulher nas diferentes sociedades. Em sendo assim, o caráter social, cultural, histórico e a articulação de vários outros aspectos se sobrepõem a uma mera classificação e caracterização pautada pelo sexo. Sua proposição nesta linha é clara (RUBIN, 1975: p. 204): “um próximo passo na agenda: uma análise marxiana dos sistemas gênero/sexo. Os sistemas gênero/sexo não são emanções ahistóricas da mente humana: eles são produtos da atividade histórica humana”. Em outras palavras, trata-se do que a autora chama de uma verdadeira economia política do sexo. Neste momento da argumentação, o sexo já aparece dotado de uma ressignificação em termos dos papéis sociais, culturais etc possibilitados pela categoria de gênero.

Rubin sustenta haver algumas práticas sociais e culturais de certas sociedades que envolvem as mulheres onde não há equivalente de troca para elas. Esposas são trocadas por filhas, irmãs ou outras de outro grau de parentesco na condição de doação. Dito de outra forma, a mulher é um equivalente para mulheres

Freud suggests a certain vision of feminist politics and the feminist utopia. It suggests that we should not aim for the elimination of men, but for the elimination of social system which creates sexism and gender. I personally find a vision of an Amazon matriarchate, in which men are reduced to servitude or oblivion (depending on the possibilities for parthenogenetic reproduction), distasteful and inadequate. Such a vision maintains gender and the division of the sexes. It is a vision which simply inverts the arguments of those who base their case for inevitable male dominance on ineradicable *significant* biological differences between the sexes. But we are not only oppressed by having to be women, or men as the case may be. I personally feel that the feminist movement must dream of even more than the elimination of the oppression of women. It must dream of the elimination of obligatory sexualities and sex roles. The dream I find most compelling is one of an androgynous and genderless (though not sexless) society, in which one's sexual anatomy is irrelevant to who one is, what one does, and with whom makes love”.

na medida em que ela pode se tornar uma noiva e uma noiva pode se converter em uma mulher. Não é o objetivo deste texto reproduzir os complexos sistemas sociais de troca e parentesco descritos e exemplificados por Rubin. Importa, isto sim, que eles não podem ser encarcerados numa prisão epistemológica, retomando a metáfora que intitula esta reflexão. Eles devem ser entendidos em uma perspectiva mais ampla, holista e inter-relacional. No dizer de Rubin, em longa mas deveras relevante passagem (1975: p. 209-210, destaques no original e tradução própria), ao referir-se às sociedades Kachin e das ilhas Trobriand, elas¹⁰

[...] indicam que os sistemas sexuais não podem, em última análise, ser entendidos em isolamento completo. Uma análise plena das mulheres em uma sociedade específica, ou ao longo da história, deve levar em conta tudo: a evolução das formas de mercadoria nas mulheres, os sistemas de posse da terra, os arranjos políticos, a tecnologia de subsistência, etc. Igualmente importantes, as análises econômicas e políticas são incompletas se não consideram as mulheres, o casamento e a sexualidade. As preocupações tradicionais da Antropologia e das Ciências Sociais - como a evolução da estratificação social e a origem do Estado - devem ser reformuladas para incluir o casamento matrilateral cruzado, o excedente extraído na forma de filhas, a conversão do trabalho feminino em riqueza masculina, a contribuição do casamento com o poder político e as transformações efetuadas de todos estes variados aspectos da sociedade ao longo do tempo.

Este tipo de esforço é, em última análise, exatamente o que Engels tentou fazer em seu esforço para tecer uma análise coerente de tantos dos diversos aspectos da vida social. Ele tentou relacionar homens e mulheres, cidade e país, parentesco e Estado, formas de propriedade, sistemas de posse da terra, convertibilidade de riqueza, formas de troca, tecnologia de produção de alimentos e formas de comércio, para citar alguns, em uma avaliação histórica sistemática. Finalmente, alguém terá que escrever uma novaversão de *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, reconhecendo a interdependência mútua da sexualidade, da economia e da política sem subestimar o significado total de cada uma na sociedade humana.

A proposição da antropóloga é nítida: não deve haver o primado da economia, da política, da cultura, da antropologia ou qualquer outra instância. Não existe análise de uma sociedade em termos históricos de forma

10 No original assim escrito com destaques: “[...] indicate that sexual systems cannot, in the final analysis, be understood in complete isolation. A full-bodied analysis of women in single society, or throughout history, must take *everything* into account: the evolution of commodity forms in women, systems of land tenure, political arrangements, subsistence technology, etc. Equally important, economic and political analyses are incomplete if they do not consider women, marriage and sexuality. Traditional concerns of anthropology and social science – such as the evolution of social stratification and the origin of the state – must be reworked to include the implications of matrilateral cross-cousin marriage, surplus extracted in the form of daughters, the conversion of female labour into male wealth, the contribution of marriage to political power, and transformations which all of these varied aspects of society have undergone in the course of time.

This sort of endeavor is, in the final analysis, exactly what Engels tried to do in his effort to weave a coherent analysis of so many of the diverse aspects of social life. He tried to relate men and women, town and country, kinship and state, forms of property, systems of land tenure, convertibility of wealth, forms of exchange, the technology of food production and forms of trade, to name a few, into a systematic historical account. Eventually, someone will have to write a new version of *The Origin of the Family, Private Property, and the State*, recognizing the mutual interdependence of sexuality, economics, and politics without underestimating the full significance of each in human society”.

isolada. Algo em consonância não somente com a libertação das amarras da distinção de gênero em seus vários aspectos, mas também do foco ou ênfase em uma única abordagem, tal como faz a Ciência Política em termos das Relações Internacionais. Portanto, não há um padrão único. A perspectiva de gênero atenta para os processos de múltiplos aspectos causais e de inúmeras diversidades. Em termos de uma conclusão parcial, algo relacionável à hipótese enunciada neste texto: um enfoque de gênero sem o “politicismo” peculiar ao enfoque tradicional das Relações Internacionais pode ser buscado em termos de um desenvolvimento das inúmeras forças produtivas da vida em que se constata o todo nas suas diferentes sociedades, dinâmicas, velocidades e temporalidades.

Uma vez resgatada a forma original da abordagem de gênero, passar-se-á em revista uma pequena mas significativa amostra sobre o terceiro debate teórico em Relações Internacionais. Como já mencionado, tal controvérsia envolveu o realismo como vertente teórica dominante, em particular o realismo estrutural de Waltz (1979) e seus críticos. O foco recairá sinteticamente sobre as críticas de Tickner (1988) e Sjoberg (2011).

6. UMA PEQUENA AMOSTRA DO TERCEIRO DEBATE TEÓRICO INTERNACIONALISTA NA INTERFACE COM GÊNERO

Duas linhas de argumento se colocam nesta etapa do texto. Uma envolve uma crítica sob o viés de gênero a Morgenthau (2003) e outra, no mesmo diapasão, remetida a Waltz (1979 e 2001).

Conforme reiterado acima, a primeira argumentação diz respeito a um contraponto ao realismo de Hans Morgenthau (2003), um dos cânones do realismo político na teoria internacionalista. A despeito deste autor ser situado no segundo debate, ele continua sendo uma importante referência para as contendas teóricas posteriores, particularmente no que se refere aos seus seis princípios do realismo político. O contraponto em questão é de J. Ann Tickner (1988), talvez a melhor autora no contexto das formulações referentes a gênero no âmbito teórico internacionalista, que apresenta uma reformulação feminista dos princípios mencionados.

A segunda refere à busca de uma reformulação da teoria sistêmica e realista de Waltz (1979), de forma a incluir nela a temática de gênero, conforme Laura Sjoberg (2011).

Descrever-se-ão sumariamente as elaborações postas por Morgenthau. No que concerne aos seis princípios do realismo político, a centralidade dos seus argumentos giram em torno dos temas do poder e do interesse, conceitos universalmente válidos mas sem um significado permanente. Eles se inserem em leis objetivas – constatáveis de um ponto de vista distanciado, afastado de

preferências ou inclinações subjetivas ou ainda juízos de valor - da natureza humana que guiam racionalmente as ações dos Estados. Tais argumentos possuem uma conotação moral, ainda que com muitas ressalvas porque o êxito nas ações políticas é incompatível com a referida moral vista em termos de uma aplicação e alcance universal. A diferença entre o realismo e outras concepções passa pela autonomia da política, sempre buscando o nexo de todas as questões com a manutenção ou aumento do poder estatal (MORGENTHAU, 2003).

Tickner (1988) apresenta uma contra-argumentação destas formulações em termos feministas. Todo o seu raciocínio passa pela ótica de gênero presente nas formulações de Morgenthau¹¹.

Nesta seara, a objetividade presente nas leis da natureza humana está associada à masculinidade por oposição à subjetividade, vinculada à feminilidade. A busca de poder pautada pelo interesse não pode ser vista de forma fixa, apegada às questões másculas e de força e do poder. Da mesma forma, não se pode circunscrever a discussão somente às questões de cunho militar. Devem-se considerar os aspectos do desenvolvimento e da segurança humana em perspectiva mais ampla. Em uma palavra, trata-se de uma questão muito mais dinâmica do que uma caracterização única da natureza humana associada à masculinidade.

Em sendo um ponto muito mais dinâmico, o interesse não pode assumir somente uma conotação relacionada ao poder militar em termos competitivos. O dinamismo do ambiente internacional permite vislumbrar uma agenda mais ampla em temas e possibilidades de cooperação do que aquela restrita aos temas da segurança tradicional, da competição violenta ou potencialmente violenta. Novamente, aparece a distinção de gênero: a feição pública do Estado com o uso da força na manutenção interna da ordem ou na competição com outras unidades políticas, por oposição à busca de uma solução pacífica dos conflitos envolvendo crianças por suas mães na esfera doméstica, o que obviamente não se aplica às crianças dos Estados inimigos ou rivais. Aparece aqui a “prisão cotidiana” do lar que confina as mulheres ao âmbito privado e libera os homens para o ambiente público nos conflitos e nas guerras, devidamente apoiados pelas mesmas mulheres.

Conflitos e guerras ensejados pela busca de poder em termos de interesse remetem a uma conotação masculina na medida em que enfatizam controle e dominação. Por ser dotado de um caráter individualista e egoísta, jamais se cogita a efetivação coletiva do poder que, se implementada seria associada à feminilidade. Tal caráter individualista e egoísta é associado ao homem. Não ao acaso, a feição do Leviatã como um gigantesco e poderoso homem na forma de um rei com uma espada conforme aparece na capa do livro homônimo de Hobbes em sua primeira

¹¹ Não se pretende sugerir de forma alguma que feminismo e gênero sejam sinônimos. Define-se de forma geral o feminismo como uma unidade orgânica teórico-prática em inúmeras possibilidades relacionadas à emancipação, lutas, conquistas e direitos das mulheres.

edição em 1651 (HOBBS, 1985) para aludir ao Estado. A significação do poder e do interesse em termos universais desconsidera a possibilidade dinâmica de homens e mulheres buscarem construir coletivamente um poder com as especificidades e os anseios de mudança em relação às estruturas de dominação e direção já existentes.

No que diz respeito à moral, à luz do feminismo não se concebe a separação entre a moral e a ação política. Em vista do imperativo do bem-estar coletivo concebido por tal referencial, não se pode conceber a limitação da moral e negar o conteúdo normativo do feminismo. Portanto, não é viável aceitar outra solução que não seja aquela a abranger homens e mulheres em termos de seu bem-estar. Ademais, a moral, mesmo não sendo universal, pode ser um elemento para a busca do consenso e não como um elemento do dissenso conforme sustenta o realismo (TICKNER, 1988).

Por fim naquilo que toca à análise de Tickner, uma profunda divergência em relação à premissa da autonomia do político, uma vez que não contempla uma perspectiva pluralista e sim uma abordagem parcial da natureza humana, focada em uma visão estreita da política que desconsidera a contribuição das mulheres¹².

Por sua vez como segunda linha de argumento explicitada de forma bastante resumida, a análise de Sjoberg (2011) tem como principal tese a relevância e a presença de todos os aspectos relacionados ao gênero naquilo que Waltz chama de estrutura internacional, ou seja, o sistema internacional. Dada a centralidade da guerra para a caracterização deste conjunto de Estados mais relevantes, Sjoberg credita ao temário de gênero uma enorme relevância para a explicação da eclosão dos conflitos violentos e de vários outros aspectos do além-fronteiras.

É digna de destaque e bastante significativa para a continuação da análise aqui pretendida uma passagem da autora que sintetiza suas formulações (SJOBORG, 2011, p. 125)¹³:

Eu argumento que, levado a sério, o gênero não só “altera” os níveis waltzianos de análise e seu impacto na teorização da guerra, mas transforma-os de forma que a vanguarda da escola feminista nas RI está apenas começando a desabrochar.

Em poucas palavras, é importante reter que as duas contribuições acima situadas formulam a crítica a partir dos referenciais do realismo, a vertente teórica pautada sobretudo pela autonomia da política e todos os desdobramentos metodológicos desta premissa que colocam o campo disciplinar das Relações Internacionais na “prisão da Ciência Política”. Tal ponto é de enorme importância

12 Tive a oportunidade de aprofundar esta discussão envolvendo a elaboração de J. Ann Tickner, a temática do gênero e do realismo com um foco um pouco diferente em outra oportunidade (PASSOS, 2008).

13 Assim lavrada originalmente: “I argue that, taken seriously, gender not only ‘alters’ the Waltzian levels of analysis and their impact on theorizing war, but transforms them in ways that the cutting edge of feminist scholarship in IR is only beginning to unpack”.

para uma avaliação crítica destas teorizações à luz do referencial do desenvolvimento desigual e combinado, a ser empreendida a seguir.

7. O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA INTERNACIONALISTA DE GÊNERO NA “PRISÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA”

Se as autoras referidas buscam uma alternativa à abordagem realista dominante, por que entendê-las como situadas na “prisão da ciência política”, assim como de resto a maior parte toda a abordagem tradicional internacionalista?

Demonstrar minimamente tal argumento demanda uma breve digressão no sentido de caracterizar rapidamente a categoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky (1977) com o auxílio da análise de Rosenberg (2016) – que vislumbra as consequências teóricas desta categoria para as Relações Internacionais - para depois analisar criticamente as contribuições referidas.

A formulação original desta noção pelo fundador do Exército Vermelho se insere em sua narrativa de totalidade sobre o processo revolucionário que levou ao ponto culminante em Outubro de 1917. A Rússia é analisada em termos de suas diferentes temporalidades de desenvolvimento da vida e sua inserção no todo do plano internacional em perspectiva ampla. Tudo isto constitui um todo, mas não simétrico e homogêneo.

Do início do século XX até 1917, a Rússia aumentou de forma significativa sua industrialização e seu operariado, mas não o suficiente para sua caracterização majoritariamente agrária e bastante atrasada, com um enorme campesinato. Altos contrastes envolvendo os centros urbanos mais desenvolvidos e industrializados – Moscou e Petrogrado e o restante do país. Um aumento importante de sua industrialização como elo fraco, potência menor, da cadeia imperialista mas com enorme presença e aumento do capital financeiro. Um país que sofre as pressões externas de países mais avançados, suas conquistas materiais e ideológicas mas que não as implementa de forma idêntica.

Como bem sistematizou Rosenberg (2016), as consequências teóricas da perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado para as Relações Internacionais implicam em entender quais são as abordagens normalmente encontradas sob o viés da “prisão da Ciência Política” e suas respectivas alternativas.

Indubitavelmente, a narrativa hegemônica internacionalista envolveos conceitos de anarquia internacional e equilíbrio de poder. Dissecando tais diretrizes, teríamos um padrão único das relações interestatais marcado por competição, violência efetiva ou em potencial em virtude da ausência de uma autoridade internacional efetiva e uma perspectiva mecânica, repetitiva, cíclica de períodos marcados por uma precária paz amparada por um equilíbrio de poder entre as unidades políticas e a subsequente ruptura de tal equilíbrio na

forma de guerras. Aqui, não há dúvidas quanto ao padrão em que preponderam conceitos políticos e a própria perspectiva da autonomia da política. Também não há dúvidas quanto a um único padrão das relações internacionais em perspectiva que divorcia a narrativa de qualquer singularidade. Escrito de outra forma, desde a Antiguidade até os dias atuais, tal padrão de anarquia internacional e equilíbrio de poder se manteve essencialmente inalterado.

Sob a ótica do desenvolvimento desigual e combinado, coloca-se de modo alternativo a ausência de uma única dinâmica, com a existência simultânea de múltiplos fenômenos e sociedades. Lembrando que Rubin (1975) já reiterava a necessidade na perspectiva de gênero de jamais se estudar uma sociedade de forma isolada.

A já aludida simplificação da bola de bilhar como um dos recursos de linguagem mais repetidos para caracterizar o realismo enseja a existência de uma única temporalidade nas narrativas e análises tradicionais realistas e liberais das Relações Internacionais. Sendo os Estados alheios aos seus dissensos e conflitos internos, sendo eles reificados, coisificados na medida em que as forças sociais e seus componentes de carne e osso são irrelevantes para a descrição e análise dos fenômenos, existe uma única temporalidade nesta redução: aquela do poder estatal e suas diferentes dimensões na relação com seus homônimos.

Sob um olhar alternativo do desenvolvimento desigual e combinado, não se pode caracterizar os Estados de uma única forma. Jamais podem ser equalizados de forma a exemplificá-los como bolas de bilhar. Os Estados possuem diferentes tempos no desenvolvimento das forças da vida em seu interior. Os Estados precisam ser avaliados em vista dos conflitos entre grupos, classes, elites, em termos das questões de gênero, das diferentes feições que caracterizam suas sociedades em nível interno e todos estes aspectos – além de outros - envolvendo todos os outros Estados. Nenhum Estado possui, a rigor, uma caracterização homogênea, única, uniforme. Todos estes aspectos ensejam considerar diferentes tempos de produção da vida, diferentes velocidades do desenrolar dos seus vários componentes históricos, ponto que jamais pode ser caracterizado adequadamente pela bola de bilhar. Na perspectiva de um contraponto liberal ao realismo sob a ótica de uma interdependência simétrica entre as nações ou mesmo o caráter global de fenômenos e outras manifestações de diferentes tipos no plano internacional na roupagem da “globalização”, sustenta-se a mesma objeção: não se pode fazer uma abordagem de homogeneização ignorando os diferentes ritmos da vida nos planos interno e internacional. As questões de gênero e atinentes às mulheres certamente devem ser objeto de uma análise específica destas diferenças de tempos e linearidades pertinentes a uma análise e teorização tendo como base o desenvolvimento desigual e combinado.

O primado da política permeia a abordagem internacionalista tradicional, muitas vezes enfatizando na abordagem de gênero as discussões

referentes à mulher nas Forças Armadas. Privilegiar a Geopolítica no âmbito da Geografia e os temas com interface com a Ciência Política podem criar a falsa ilusão de que as Relações Internacionais possuem em alguma medida um componente inter-relacional porque contemplam uma perspectiva interdisciplinar. Em seguida, pode-se usar este argumento para objetar a crítica aqui sustentada da “prisão da Ciência Política”. Este fetiche oculta uma característica comum a vários campos disciplinares: é praticamente impossível um campo de conhecimento fazer uma abordagem pura, sem recorrer a outros ramos da ciência na divisão disciplinar tradicional contemporânea e isto não é uma garantia de uma abordagem inter-relacional, dinâmica, atenta a várias possibilidades, a múltiplas interações e causas que devem ser contempladas na teorização e análise das Relações Internacionais, inclusive para fazer jus à abordagem de gênero.

Por fim, constata-se na abordagem tradicional das Relações Internacionais o primado do externo em sua feição anárquica, competitiva e por isto, afeita à manifestação da guerra e da violência em função de não haver uma autoridade efetiva acima de todo e qualquer Estado para coibi-los. Tal ênfase nas distintas abordagens realistas se configuraria na única constatação efetivamente objetiva sobre o plano internacional segundo a ótica hegemônica. Ora, uma perspectiva de isolamento analítico e de uma única sociedade já foi assinalada como inadequada conforme Rubin (1975). No esteio de uma afinidade disto com o desenvolvimento desigual e combinado, deve-se considerar um caráter dialético de interação entre interno e externo, bem como da multiplicidade societal a ser considerada e não somente o plano internacional. Em termos bem específicos e já se direcionando para a análise final das autoras mencionadas no terceiro debate teórico internacionalista, dever-se-ia visitar as Relações Internacionais no seu *locus* com a contribuição de gênero e seu caráter inter-relacional e que este pudesse ser também visitado, o que de fato não ocorre. As contribuições de Tickner (1988) e Sjoberg (2011) possuem enorme relevância e merecem enorme respeito, mas infelizmente incorporam a lógica de que a contribuição de gênero visita as Relações Internacionais, mas estas não são visitadas, caracterizando novamente a prisão da “Ciência Política”. Por que?

Sjoberg (2011) insiste em buscar situar a temática de gênero na estreita e diminuta categoria de estrutura de Waltz, desenhada justamente para não comportar qualquer outro aporte considerado não objetivo ou não positivista. A autora não somente se equivoca ao não compreender que a especificidade teórica de Waltz ignora por princípio qualquer outro aspecto no seu modelo teórico simplificado que não tem a pretensão de abordar toda a realidade ou todo o conjunto dos fenômenos internacionais – à imagem e semelhança dos modelos de pouquíssimas variáveis que melhor expressam, reproduzem ou simulam a realidade, conforme a abordagem das “ciências duras” – como faz questão de debater dentro da “paróquia prisional” da Ciência Política do expoente do realismo estrutural. Por que não debater fora de tal paróquia? Por que seria necessário

argumentar a relevância do gênero no interior da estrutura em conformidade com a formulação de Waltz? Por que não se propõe uma abordagem teórica alternativa no âmbito de uma perspectiva de gênero em que se desconsidere o modelo de Waltz como parâmetro e como ponto de partida? “Fugir do presídido da Ciência Política” implicaria em enfrentar tais indagações, ausentes no escopo de preocupações da autora.

Já no que diz respeito aos argumentos de J. Ann Tickner (1988), limites semelhante se colocam. Afinal, por que entrar na paróquia de Morgenthau (2003) para fazer uma reformulação feminista de seus princípios do realismo político? Por que tomar tais referenciais como ponto de partida? Por que não uma elaboração em que se privilegie o fim do referencial de ênfase política que permeia a maior parte da contribuição inclusive das abordagens de gênero no campo disciplinar das Relações Internacionais? Em outras palavras, por que não fazer jus ao caráter inter-relacional de múltiplas causalidades, sociedades, temporalidades e buscar desconsiderar o parâmetro realista?

Tudo parece apontar para corroborar a afirmativa de Rosenberg (2016) segundo a qual todo o terceiro debate teórico em Relações Internacionais, no que tange às críticas ao realismo estrutural, não passou de uma nota de rodapé à teoria e aos referenciais de Waltz (1979, 2001). Lamentavelmente, as contribuições aqui sumariamente analisadas padecem desta mesma limitação.

Feitos tal apontamentos, passar-se-á às considerações finais.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se mostrar de forma embrionária ao longo deste texto como existem afinidades, aproximações e relações entre o enfoque original referente à categoria de gênero e a noção de desenvolvimento desigual e combinado e como esta pode servir de contraponto ao enfoque excessivamente concentrado na Ciência Política na abordagem tradicional das Relações Internacionais, inclusive no que diz respeito a duas relevantes contribuições teóricas críticas que buscam incorporar a referida categoria de gênero a tal controvérsia.

A título de palavras finalizadoras, entende-se que a reflexão aqui apontada demanda uma análise mais abrangente de outras contribuições teóricas tanto no âmbito da temática de gênero como na de teorização das Relações Internacionais.

Algumas perguntas merecem uma reflexão futura: como especificamente poderia a abordagem das Relações Internacionais “visitar” e contribuir para a discussão de gênero? A pista já foi deixada na própria elaboração de Rubin (1975) indicando a necessidade de incluir a ampliação da discussão como agenda de pesquisa, embora não colocada exatamente nestes termos.

Outra pergunta: como buscar uma teorização alternativa sem os referenciais da abordagem internacionalista tradicional que faça jus aos pontos que caracterizariam uma perspectiva de gênero? Como sair da penitenciária epistemológica da Política?

Os aspectos teóricos de tal formulação alternativa deveriam atentar mais para as questões práticas – como unidade orgânica que pauta o fazer prático e o fazer teórico-, do cotidiano de carne e osso de homens e mulheres ao invés de sempre tomar por base o referencial abstrato das bolas de bilhar. Ir para além das “prisões cotidianas” que marcam as distinções de gênero está organicamente atado ao movimento de ir para além das prisões epistemológicas dentro desta temática.

9. REFERÊNCIAS

- ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**, São Paulo, Brasília: UnB, Imprensa Oficial do Estado, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001.
- CARR, Edward Hallet. **Vinte anos de crise** (1919-1939). Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais, São Paulo, Brasília: UnB, Imprensa Oficial do Estado, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**, Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- HOBBS, Thomas. **Leviathan** or The Matter, Forme, & Power of a Common-Wealth Ecclesiastical and Civil, London: Penguin, 1985.
- KAPLAN, Morton. **O novo grande debate**: tradicionalismo contra ciência em Relações Internacionais, In: BRAILLARD, Phillippe. **Teorias das Relações Internacionais**, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990, p. 56-80.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. **Política Internacional, Relações Internacionais e economia política internacional**: condições de diálogo. Texto para Discussão, Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, v. 218, 2013.
- MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações** – a luta pelo poder e pela paz. Brasília, São Paulo: UnB, Imprensa Oficial do Estado de SP, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.
- OLIVEIRA FILHO, José Jeremias de. Patologia e regras metodológicas, In: **Estudos Avançados**, vol. 9, n.o 23, 1995, p. 263-268.
- PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Gênero e realismo político**: uma análise. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais**: a questão de gênero. Ijuí: Unijuí, 2008, p. 83-122.
- ROSENBERG, Justin. International relations in the prison of Political Science. **International Relations**, v. 30, n. 2, p. 127-153, 2016.
- _____. Isaac Deutscher and the lost history of international relations. **New Left Review**, n. 215, p. 3-14, 1996.
- RUBIN, Gayle. **The Traffic in Women**: Notes on the “Political Economy” of Sex, In: REITER, Rayna R. (org.) **Toward an Anthropology of Women**, New York: Monthly Review, 1975, p. 157-210.

SJOBERG, Laura. Gender, the state, and war redux: Feminist international relations across the 'levels of analysis'. **International Relations**, v. 25, n. 1, p. 108-134, 2011.

TICKNER, J. Ann. Hans Morgenthau's principles of political realism: A feminist reformulation. **Millennium**, v. 17, n. 3, p. 429-440, 1988.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WALTZ, Kenneth. **Man, the state, and war: a theoretical analysis**. New York: Columbia University, 2001.

_____ **Theory of International Politics**, Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

Submetido em: 11/05/2017

Aprovado em: 13/08/2017

